

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	19
1 – RECONHECIMENTO INTERNACIONAL DO DIREITO DE ACESSO À INFORMAÇÃO	25
1.1 Reconhecimento pelas Nações Unidas	25
1.2 Reconhecimento pela Organização dos Estados Americanos (OEA)	30
1.2.1 O caso Claude Reyes vs. Chile	34
1.3 Reconhecimento do Direito de Acesso à Informação na Europa.....	38
1.3.1 O conselho da Europa.....	38
1.3.2 Jurisprudência do tribunal europeu de direitos humanos.....	41
1.3.3 O reconhecimento no âmbito da União Europeia.....	47
1.4 Sistema Africano de Proteção aos Direitos Humanos	49
1.5 O Movimento da Sociedade Civil.....	50
1.5.1 A campanha pelo direito de saber (<i>right to know</i>).....	51
1.5.2 O direito à verdade	52
1.5.3 Outras declarações de princípios de acesso à informação	53
2 – FUNDAMENTOS DO DIREITO DE ACESSO À INFORMAÇÃO	57
2.1 Acesso à Informação e Aumento do Intervencionismo Estatal	58
2.2 Acesso à Informação e Democracia.....	62
2.3 Acesso à Informação e <i>Accountability</i>	65
2.4 Transparência Pública.....	73
2.5 Acesso à Informação e Direitos Humanos.....	77
2.5.1 Em hipótese alguma informação pode ser sonegada às autoridades encarregadas de investigar violações de direitos humanos	82

2.5.2	Manter familiares na ignorância sobre o destino de pessoas desaparecidas e as circunstâncias de sua morte acarreta um sofrimento extremo incompatível com o direito internacional.....	83
2.5.3	Violações de direitos humanos ocorridas no passado não podem ser consideradas sigilosas a pretexto de proteger a segurança nacional do presente.....	87
3 –	PRINCÍPIOS NORTEADORES DO DIREITO DE ACESSO À INFORMAÇÃO	91
3.1	Máxima Divulgação.....	91
3.1.1	Primeira consequência: o direito de acesso à informação é a regra e o sigilo, a exceção	93
3.1.2	Segunda consequência: o ônus da prova em caso de limitação ao direito de acesso à informação compete ao Estado	94
3.1.3	Terceira consequência: a divulgação tem precedência em caso de conflito de normas	96
3.2	Boa-fé	98
3.3	Transparência ou Obrigação de Divulgar	100
3.4	Promoção de um Governo Aberto	102
3.5	Limitação de Abrangência das Exceções.....	105
3.6	Procedimentos que Facilitem o Acesso	111
3.7	Custos Razoáveis	115
3.8	Reuniões Abertas	116
3.9	A Divulgação tem Precedência.....	117
3.10	Proteção aos Denunciantes (<i>Whistleblowers</i>)	118
4 –	O DIREITO DE ACESSO À INFORMAÇÃO NO BRASIL	129
4.1	Considerações Gerais.....	129
4.1.1	O direito de acesso na Constituição.....	129
4.1.2	Por que é necessário regulamentar o direito de acesso por Lei Ordinária?	130
4.1.3	Antecedentes da Lei de acesso à informação.....	132
4.2	Titularidade do Direito de Acesso à Informação	138
4.3	Entidades Vinculadas pela LAI	138
4.3.1	Aplicação da Lei de acesso à informação às empresas estatais	145

4.4	Conteúdo do Direito de Acesso à Informação	150
4.4.1	O dever de assistir os solicitantes	162
4.4.2	Acesso a informações ou acesso a documentos?	164
4.4.3	Acesso à informação e o direito à boa gestão dos documentos públicos	167
4.5	Transparência Ativa	169
4.6	Procedimento para Solicitação de Acesso	175
4.6.1	Pedido de acesso	175
4.6.2	O silêncio administrativo	183
4.6.3	O serviço de informações ao cidadão (SIC)	186
4.7	Recursos	187
4.7.1	Recurso contra indeferimento de pedido de informação	188
4.7.2	Recurso contra indeferimento de pedido de desclassificação	195
4.7.3	Recurso de reclamação administrativa	197
4.7.4	Nota crítica	198
4.8	Regime de Responsabilização	201
4.9	Autoridade de Monitoramento	204
4.10	Comissão Mista de Reavaliação de Informações	205
5 –	O REGIME DE EXCEÇÕES	209
5.1	Circunstâncias Excepcionantes	209
5.2	Informações Sigilosas	213
5.3	Informações Pessoais	229
5.4	Divulgação da Renda dos Agentes Públicos	237
5.5	Sigilo Bancário e Comercial e as Empresas Estatais	248
	CONCLUSÃO	261
	REFERÊNCIAS	267
	ÍNDICE ALFABÉTICO	287